



Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores,
Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

1. Resultados: No exercício, a CARUANA apresentou lucro líquido total no montante de R\$ 12.083 mil (contra lucro líquido R\$ 2.114 mil, no exercício de 2016). Esse resultado foi obtido em parte pela redução da necessidade de constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 20.321 mil no exercício de 2017, contra R\$ 26.651 mil no exercício de

2016), indicando uma melhora da qualidade creditícia da carteira da instituição e pela diminuição dos custos de captação decorrentes da redução da taxa básica de juros (SELIC) pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos e despesas voltados à implantação do projeto de cartões pré-pagos e pós-pagos, direcionados ao setor de transporte de passageiros.

2. Destaques: A carteira total de operações de crédito apresentava em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 623.845 mil, representando uma evolução de 9,56% sobre o saldo existente em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 569.402 mil). O volume da carteira de crédito reflete o aumento de operações, em especial as operações de CDC – Crédito Direto ao Consu-

midor e Capital de Giro, ambas com garantias reais. Mantivemos a consolidação do projeto para operarmos como Instituição de Pagamento, o que aumentará ainda mais nossa atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do nosso segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado. Seguimos investindo em nossos Colaboradores, com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem a sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com nossos clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem nossos maiores valores. São Paulo, 23 de março de 2018.

A Administração

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017		2016		Passivo	Nota	2017		2016	
Circulante		406.297	383.401			Circulante		190.737	196.897		
Disponibilidades	4	702	955			Depósitos		25.132	81.993		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.859	1.902			Depósitos a prazo	10	22.194	81.730		
Títulos e valores mobiliários	4 e 6	10.079	5.353			Outros Depósitos		2.938	263		
Carteira própria		10.079	5.353			Recursos de aceites cambiais	10	152.493	110.469		
Operações de crédito	7	348.846	334.820			Recursos de aceites cambiais		152.493	110.469		
Setor privado – Empréstimos		267.513	234.219			Outras obrigações		13.112	4.435		
Setor privado – Financiamentos		108.806	114.702			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		84	260		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(27.473)	(14.101)			Fiscais e previdenciárias	11a	9.369	1.183		
Outros créditos	9	16.472	12.854			Diversas	11c	3.659	2.992		
Diversos		16.486	12.864			Não Circulante		407.421	396.467		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7 e 9	(14)	(10)			Depósitos	10	71.790	60.342		
Outros valores e bens		28.339	27.517			Depósitos a prazo		71.790	60.342		
Bens não de uso próprio		25.253	21.583			Recursos de aceites cambiais	10	320.045	322.958		
(Provisão para desvalorização de outros valores e bens)		(1.100)	–			Recursos de aceites cambiais		320.045	322.958		
Material em estoque		77	324			Outras obrigações		15.586	13.167		
Despesas antecipadas		4.109	5.610			Dívidas Subordinadas	11b	14.653	12.297		
Não Circulante		268.794	274.691			Diversas	11c	933	870		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	17.150	48.400			Patrimônio líquido		80.689	68.111		
Operações de crédito	7	242.364	216.124			Capital:					
Setor privado – Empréstimos		164.448	155.934			Domiciliados no País	13	59.459	55.209		
Setor privado – Financiamentos		81.991	63.526			Aumento de Capital	13	5.195	4.250		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(4.075)	(3.336)			Reserva de lucros		16.035	8.652		
Outros créditos	9	4.788	3.827			Total do passivo e patrimônio líquido		678.847	661.475		
Diversos		4.788	3.827								
Outros valores e bens		4.492	6.340								
Despesas antecipadas		4.374	6.340								
Material em estoque		118	–								
Permanente		3.756	3.383								
Investimentos		270	270								
Outros Investimentos		270	270								
Imobilizado de uso		1.259	1.266								
Outras imobilizações de uso		2.772	2.067								
(-) Depreciação acumulada		(1.513)	(801)								
Intangível		2.227	1.847								
Outros ativos intangíveis		3.255	3.207								
(-) Amortização acumulada		(1.028)	(1.360)								
Total do ativo		678.847	661.475								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Aumento Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2015	52.051	3.158	1.126	10.412	–	66.747
Aumento de capital	3.158	(3.158)	–	–	–	–
Homologação de aumento de Capital	–	4.250	–	–	–	4.250
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	2.114	2.114
Destinações:						
Reserva legal	13b	–	106	–	(106)	–
Juros sobre capital	13d	–	–	(5.000)	–	(5.000)
Reserva especial de lucros	–	–	–	2.008	(2.008)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.209	4.250	1.232	7.420	–	68.111
Homologação de aumento de Capital	13a	–	5.195	–	–	5.195
Aumento de capital	–	4.250	(4.250)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	12.083	12.083
Destinações:						
Reserva legal	13b	–	604	–	(604)	–
Juros sobre capital	13d	–	–	(4.700)	–	(4.700)
Reserva especial de lucros	–	–	–	11.479	(11.479)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	59.459	5.195	1.836	14.199	–	80.689
Saldos em 30 de junho 2017	59.459	–	1.598	14.379	–	75.436
Homologação de aumento de Capital	13a	–	5.195	–	–	5.195
Lucro no semestre	–	–	–	–	4.758	4.758
Destinações:						
Reserva legal	13b	–	238	–	(238)	–
Juros sobre capital	13d	–	–	(4.700)	–	(4.700)
Reserva especial de lucros	–	–	–	4.520	(4.520)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	59.459	5.195	1.836	14.199	–	80.689

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”) iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15/02/2017, fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica, possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objetivo social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Banco Central são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2017, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) investimentos na comercialização de novos produtos e serviços no segmento de meios eletrônicos de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam:

a) Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. b) Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. c) Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. d) Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. e) Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. f) Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. g) Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. h) Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. i) Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 – Evento Subsequente. j) Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. k) Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 – Ativo Imobilizado. l) Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. **2.1 Reapresentação de saldos:**

Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários: Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os saldos de aplicações financeiras estavam demonstrados no ativo circulante, sendo reclassificados em parte, para o ativo não circulante. Quanto aos saldos de títulos e valores mobiliários, estavam demonstrados no ativo não circulante sendo reclassificados para o ativo circulante. Consequentemente, os saldos de Ativo circulante e Passivo circulante também foram reclassificados. As referidas reclassificações, foram realizadas a fim de adequar a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31/12/2017.

	Saldos em 31/12/2016	Reclassificação	Saldos em 31/12/2016
Ativo circulante Total	426.520	(43.119)	383.401
Aplicações Financeiras	50.302	(48.400)	1.902
Títulos e Valores Mobiliários	72	5.281	5.353
Ativo não circulante Total	231.572	43.119	274.691
Aplicações Financeiras	–	48.400	48.400
Títulos e Valores Mobiliários	5.281	(5.281)	–

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata dia* para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Nota	2º semestre		Exercício
	2017	2017	
Receitas de intermediação financeira	69.513	143.772	130.197
Operações de crédito	7h	68.093	140.552
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.033	2.853
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	387	367
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	–	–	330
Despesas de intermediação financeira	(46.311)	(92.556)	(111.792)
Operações de captação ao mercado		(32.245)	(74.785)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.066)	(17.771)
Resultado bruto da intermediação financeira	23.202	51.216	18.405
Outras receitas/(despesas) operacionais	(16.153)	(29.869)	(20.434)
Receitas de prestação de serviços	14	1.782	3.612
Despesas de pessoal		(2.658)	(5.110)
Outras despesas administrativas	16	(12.760)	(24.252)
Despesas tributárias		(1.931)	(3.585)
Outras despesas operacionais	15b	(784)	(1.480)
Outras receitas operacionais	15a	198	946
Resultado operacional	7.049	21.347	(2.029)
Resultado não operacional	(2.287)	(3.068)	2.077
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.762	18.279	48
Imposto de renda e contribuição social	18	(4)	(6.196)
Provisão para imposto de renda		(2.352)	(6.677)
Provisão para contribuição social		(2.130)	(5.600)
Ativo fiscal diferido		4.478	6.081
Lucro líquido do semestre/exercício	4.758	12.083	2.114
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$	110,40	280,36	52,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2º semestre		Exercício
	2017	2017	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	13.756	23.559	25.542
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	4.758	12.083	2.114
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	8.998	11.476	23.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.066	17.771	26.651
Depreciações e amortizações	427	822	606
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1.100)	(1.100)	–
Impostos diferidos	(4.478)	(6.081)	(3.316)
Provisões para contingências	83	64	(513)
Variação de ativos e passivos (Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(14.880)	(22.936)	(47.433)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	19.643	31.292	(25.764)
(Aumento)/Redução em operações de crédito			

... continuação

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

tos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e.f) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 31 de dezembro de 2017 a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 1.300 mil para fazer face à desvalorização de Bens não de uso próprio. **g) Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro-rata dia*. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% (a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais – fiscais e previdenciárias* – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Lucro por ação:** O lucro líquido por lote de mil ações em 2017 foi de R\$280,36 (R\$52,43 em 2016).

4. Caixa e equivalentes de caixa – Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2017	2016
Disponibilidades	702	955
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre (Nota 6)	248	72
Total	950	1.027

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
	Vencimento	Contábil
Reventa a Liquidar-Posição		
Bancada (LTN)	Acima de 360 dias	17.150
CDI – Banco Bradesco	Até 30 dias	1.859
Total	19.009	50.302

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 2.853 (R\$ 4.005 em 2016).

6. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
	Custo	Venci-mento
Títulos para negociação		
Sem		
Cotas de Fundos de Investimento		
Carteira livre	248	248
Títulos Públicos – LFT	5.265	5.263
Vinculados ao Banco Central	4.262	4.262
Vinculados a prestação de garantias	306	306
Total	10.081	10.079

As cotas dos fundos de investimentos são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 367 (R\$ 601 em 2016).

7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito

	2017	2016
Operações de crédito		
Desconto de duplicata	14.739	23.043
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	190.797	178.228
Cartão de Crédito	2.655	2.533
Capital de Giro	413.664	364.577
Conta Garantida	903	–
Total	622.758	568.381
Outros Créditos	1.087	1.021
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	1.087	1.021
Total das operações de crédito	623.845	569.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.548)	(17.437)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(14)	(10)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.562)	(17.447)
Total de operações de crédito	592.283	551.955

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2017	2016
Indústria	–	167
Comércio	1.988	2.721
Pessoas físicas	12.544	13.395
Serviços	609.313	553.119
Total	623.845	569.402

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

	2017	2016
Vencidos		
Até 30 dias	20.751	13.277
31 a 60 dias	42.453	50.909
61 a 90 dias	23.796	31.851
Acima de 90 dias	34.418	13.546
SubTotal	121.418	109.583
A vencer		
Até 3 meses	99.179	75.740
3 a 12 meses	156.809	164.620
1 a 3 anos	199.640	172.361
3 a 5 anos	46.497	45.842
5 a 15 anos	302	1.256
SubTotal	502.427	459.819
Total	623.845	569.402

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2017	% sobre	2016	% sobre
	Valor	Carteira	Sobre PL	Carteira
10 maiores	152.392	24,43	188,86	24,43
50 maiores	299.626	48,03	371,33	48,03
100 maiores	143.816	23,05	178,23	23,05
Demais emitentes/clientes	28.011	4,49	34,71	4,49
Total	623.845	100,00		100,00

	2017	% sobre	2016	% sobre
	Valor	Carteira	Sobre PL	Carteira
10 maiores	133.978	23,53	196,71	23,53
50 maiores	277.209	48,68	407,00	48,68
100 maiores	128.038	22,49	187,98	22,49
Demais emitentes/clientes	30.177	5,30	44,31	5,30
Total	569.402	100,00		100,00

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

	2017	% de	Curso	Vencidas	Valor total	Provisão
Níveis	provisão	normal				
A	0,50	321.591	–	321.591	(1.608)	
B	1,00	99.578	20.751	120.329	(1.203)	
C	3,00	65.466	42.453	107.919	(3.238)	
D	10,00	11.567	23.796	35.363	(3.536)	
E	30,00	2.363	14.131	16.494	(4.948)	
F	50,00	301	1.590	1.891	(946)	
G	70,00	716	13.202	13.918	(9.743)	
H	100,00	845	5.495	6.340	(6.340)	
Total	502.427	121.418	623.845	(31.562)		

	2017	% de	Curso	Vencidas	Valor total	Provisão
Níveis	provisão	normal				
A	0,50	296.208	–	296.208	(1.481)	
B	1,00	95.092	13.277	108.369	(1.084)	
C	3,00	54.996	50.909	105.905	(3.177)	
D	10,00	10.004	31.852	41.856	(4.186)	
E	30,00	1.605	7.949	9.554	(2.866)	
F	50,00	1.899	2.236	4.135	(2.068)	
G	70,00	–	2.631	2.631	(1.841)	
H	100,00	15	729	744	(744)	
Total	459.819	109.583	569.402	(17.447)		

f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação no exercício

	2º semestre	Exercício
	2017	2017
Saldo inicial	20.088	17.447
Constituição	16.616	20.321
Reversão	(2.550)	(16.077)
Baixas de créditos contra prejuízo	(2.592)	(7.959)
Saldo final	31.562	17.447

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. f.1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros refere-se a lucro obtido na cessão de crédito conforme a seguir demonstrado:

	2º semestre	Exercício
	2017	2017
Cessão de Crédito	2.632	2.632
Valor presente do ativo	(2.632)	(30.014)
Reversão de provisão	–	16.077
Resultado de cessão	–	330

g) Operações com cartões de crédito: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estavam assim representadas:

	2017	2016
Ativo		
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.087	1.021
Total	1.087	1.021
Passivo		
Saldos a ressarir aos portadores de cartão (Nota 11c)	(357)	–
Total	(357)	–
Saldo líquido	730	1.021

h) Resultado das operações de crédito

	2º semestre	Exercício
	2017	2016
Rendas de empréstimos		
Capital de giro	43.501	88.934
Cartão de crédito	512	1.454
Conta garantida	8	8
Rendas de títulos descontados		
Títulos descontados	1.260	4.262
Rendas de financiamentos		
Crédito direto ao consumidor (CDC)	22.812	45.894
Total	68.093	140.552

8. Créditos Renegociados e Recuperados de Prejuízo

	2017	2016
a) Renegociados:		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	63.928	62.288
Capital de Giro	91.439	66.350
Desconto	5.120	1.495
Total	160.487	130.133

b) Recuperados de Prejuízo:

	2º semestre	Exercício
	2017	2016
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	–	11
Consignado	–	8
Cartão de crédito	15	19
Capital de Giro	94	94
Total	109	113

9. Outros créditos diversos

	2017	2016
Créditos tributários (Nota 9a)	16.543	10.463
Impostos e Contribuições a Compensar	72	1.171
Adiantamento para pagamento de nossa conta	85	17
Adiantamentos e Antecipações salariais	27	25
Pagamentos a ressarir	135	135
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	1.087	1.021
Devedores diversos País (ii)	3.291	3.838
Rendas a receber	26	21
Devedores para depósito em garantia	8	–
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7a)	(14)	(10)
Total	21.260	16.681
Curto prazo	16.472	12.854
Longo prazo	4.788	3.827

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar. (ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente

a) Créditos Tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

	2017	2016
Consti-tuições/		
Saldo		
31/12/2016	10.087	7.892
Rever-sões	–	467
Realizações	7.892	(2.306)
Saldo	15.673	467

Diferenças temporárias
Provisão para créditos de liquidação duvidosa 10.087 7.892 (2.306) 15.673
Bens não de uso – 467 – 467
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias 376 27 – 403
Total **10.463** **8.386** **(2.306)** **16.543**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2017	2016
Diferenças temporárias		
Imposto		
de Renda	6.575	5.259
Contribuição Social	2.688	1.613
Total	9.263	6.872

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em ao menos três, dos próximos cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 13.357 utilizada a taxa média de captação do período.

10. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	2017	2016
Depósitos		
Letras de		
a prazo (*)	5.189	30.633
câmbio (**)	17.005	121.860
Depósitos	71.790	320.045
a prazo (*)	93.984	472.538
câmbio (**)	142.072	433.427

(*) Do saldo total de R\$ 93.984 em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 82.568 (R\$ 92.714 em 2016), refere-se a captções em depósito a prazo com compromisso de liquidez, com taxa média de 124,74% do DI (Depósito interfinanceiro) e o montante de R\$ 11.416 (R\$ 49.358 em 2016), refere-se a captação com garantia especial do FGC (DPGE II),

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento										
... continuação										
14. Receitas de prestação de serviços		2º semestre			Exercício			2º semestre		
		2017			2016			2017		
		2017			2016			2017		
Tarifas sobre operações de crédito		1.113			2.601			3.237		
Tarifas sobre cartão		459			591			88		
Tarifa sobre cartão frete		152			284			270		
Receita comissões		58			136			417		
Total		1.782			3.612			4.012		
15. Outras receitas/despesas operacionais		2º semestre			Exercício			2º semestre		
a) Outras receitas operacionais		2017			2016			2017		
		2017			2016			2017		
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		109			113			71		
Reversão de provisões operacionais		62			731			1.416		
Outras rendas operacionais		27			102			94		
Total		198			946			1.581		
b) Outras despesas operacionais		2º semestre			Exercício			2º semestre		
		2017			2016			2017		
		2017			2016			2017		
Atualização de impostos		20			50			219		
Provisão processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias		201			856			943		
Outras despesas operacionais		563			574			308		
Total		784			1.480			1.470		
16. Outras despesas administrativas		2º semestre			Exercício			2º semestre		
		2017			2016			2017		
		2017			2016			2017		
Despesas de processamento de dados		2.877			5.253			4.188		
Despesas de serviços de terceiros		1.820			3.286			4.756		
Despesas de comunicação		156			342			608		
Despesas de publicações		22			99			88		
Despesas do serviço financeiro		1.201			1.915			1.023		
Despesas com serviços técnicos especializados		2.673			5.704			1.852		
Despesas de propaganda e publicidade		386			702			347		
Despesas de viagens no País		353			751			476		
Despesas com depreciação e amortização		427			822			606		
Despesas com relações públicas		79			215			153		
Despesas com alugueis		508			955			296		
Despesas com honorários da diretoria		650			1.269			867		
Outras despesas administrativas		1.608			2.939			2.168		
Total		12.760			24.252			17.428		
17. Transações com partes relacionadas		2017			2016			2017		
a) Transações com partes relacionadas		2017			2016			2017		
		2017			2016			2017		
Descrição		Ativo			Ativo			Ativo		
		(Passivo)			(Passivo)			(Passivo)		
Caruana S/A Participações e Empreendimentos										
Letras de câmbio		(522)			-			(406)		
Pessoas Físicas										
Letras de câmbio		(664)			-			-		
b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.269 (R\$ 867 em 2016). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho.										
18. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social										
A Administração					Ytiro Nishikawa – Contador CRC 1SP 111.488/O-6					
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras										
Aos Administradores e Acionistas da										
Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento										
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.										
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.										
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento										
obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.					de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					São Paulo, 23 de março de 2018.					
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos					<p>Deloitte Touche Tohmatsu Vanderlei Minoru Yamashita Auditores Independentes Contador CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 201.506/O-5</p> <p>Deloitte.</p>					

Companhia Agrícola São Bento da Esmeralda

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores em R\$ 1,00)									
CNPJ/MF nº 56.972.953/0001-76									
Balancos Patrimoniais					Demonstrações das Mutações do Patrimônio				
Ativo		31/12/2017			31/12/2016			Total	
Circulante		6.932.395,00			2.025.649,46			84.401.888,42	
Caixa e Equivalentes de Caixa		80.996,75			3.711,42			16.165.186,94	
Créditos Tributários		1.145.884,11			753.423,90			-	
Outros Créditos a Receber		5.705.514,14			1.268.514,14			97.106.025,03	
Não Circulante		94.686.549,86			100.263.986,69			97.106.025,03	
Investimentos		94.686.549,86			100.263.986,69			5.770.500,28	
Participações Societárias		94.686.549,86			100.263.986,69			7.292.623,70	
Imobilizado		101.618.944,86			102.289.636,15			91.335.524,75	
Total do Ativo		31/12/2017			31/12/2016			16.165.186,94	
Passivo		998.886,19			274.983,47			16.165.186,94	
Circulante		998.886,19			274.983,47			16.165.186,94	
Fornecedores		5.200,00			9.251,29			-	
Empréstimos e Financiamentos		187.000,00			-			-	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		724.806,18			183.852,17			-	
Outros Passivos Circulantes		81.880,01			81.880,01			-	
Passivo Não Circulante		9.284.533,92			4.908.627,65			16.165.186,94	
Obrigações a Longo Prazo		9.284.533,92			4.908.627,65			-	
Patrimônio Líquido		91.335.524,75			97.106.025,03			16.165.186,94	
Capital Social		44.000.000,00			44.000.000,00			-	
Reserva Legal		1.159.793,15			1.159.793,15			-	
Reserva de Lucros		38.883.107,90			38.883.107,90			-	
Lucros/Prejuízos Exercício Anterior		13.063.123,98			(3.102.062,96)			-	
Lucros/Prejuízos Exercício		(5.770.500,28)			16.165.186,94			-	
Total do Passivo		101.618.944,86			102.289.636,15			16.165.186,94	
<p>Luiz Fernando Martins Castro – Diretor Salatiel Dias Batista Filho – Contador CRC 1SP 261.936/O-8</p>									
Históricos					Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto				
Saldos em 31/12/2015					31/12/2017				
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício					31/12/2016				
Transferência para Reserva de Lucros					Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Saldos em 31/12/2016					Lucro/Prejuízo do Exercício				
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício					Saldos em 31/12/2017				
Saldos em 31/12/2017					Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Capital Social					Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Reservas Legais					Aumento/Diminuição de Empréstimo e Financiamento				
Reserva de Lucros					Aumento/Diminuição do Exigível a Longo Prazo				
Lucros/Prejuízos Exercício Anterior					(=) Fluxo de Caixa Financiamentos				
Lucros/Prejuízos Exercício					(=) Fluxo de Caixa Operacional				
Total					Capital Social				
Total					Reservas Legais				
Total					Reserva de Lucros				
Total					Lucros/Prejuízos Acumulados				
Total					Total				